

Impactos da migração nas experiências de mulheres lésbicas e bissexuais

Impacts of migration on the experiences of lesbian and bisexual women

Impactos de la migración en las experiencias de mujeres lesbianas y bisexuales

 **Ana Beatriz Carvalho dos Santos**

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPA), Parnaíba, PI, Brasil.

E-mail: cbeatriz002@gmail.com

 **Matheus Barbosa da Rocha**

Docente da Afya Parnaíba-PI. Doutor em Psicologia pela UFRN. Mestre e Graduado em Psicologia pela UFPI. Afya Parnaíba, Parnaíba, PI, Brasil.

E-mail: matheusbr.psico@gmail.com

RESUMO

Em virtude de matrizes de opressão como a misoginia, o patriarcalismo e o heterocentrismo, a sexualidade feminina é construída para ser performada reservadamente, como um tabu. Essa problemática se agrava quando discorremos sobre as mulheres lésbicas e bissexuais. Com relação às jovens universitárias providas de cidades interioranas e que se relacionam sexualmente com outras mulheres, a migração pode surgir como uma forma de “fugir” desses sistemas de opressões. Contudo, ao chegar nesses pontos de destino, estas e outras formas de violência também se fazem presentes, assim como a construção de relações de poder e de resistência para enfrentar tais situações. Diante disso, o presente artigo objetiva conhecer as reverberações da migração universitária nas experiências de sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais que foram estudar numa cidade do litoral do Piauí. Realizou-se, para isso, entrevistas abertas com quatro mulheres que se encaixavam nos objetivos do estudo. Percebeu-se que: a) as suas sexualidades ganham materialidade a partir dos seus marcadores sociais; b) as violências físicas e simbólicas ainda são uma realidade presente na vida dessas sujeitas; e c) a universidade se configura como um espaço de acolhimento e de trocas de experiências entre tais mulheres.

Palavras-chave: Sexualidade; Experiência; Migração universitária; Mulheres lésbicas e bissexuais.

ABSTRACT

Because of oppressive matrices such as misogyny, patriarchy and heterocentrism, female sexuality is constructed to be performed in a reserved, taboo way. This problem is exacerbated when we talk about lesbian and bisexual women. With regard to young university students from small towns who have sexual relationships with other women, university migration can appear as a way of “escaping” from these systems of oppression. However, upon arriving at these destinations, these and other forms of violence are also present, as is the construction of power relations and resistance to confront such situations. With this in mind, this article aims to find out about the reverberations of university migration on the sexuality experiences of lesbian and bisexual women who went to study in a city on the coast of Piauí. Open-ended interviews were conducted with four women who met the objectives of the study. It was found that: a) their sexualities take on a materiality based on their social markers; b) physical and symbolic violence is still a reality in the lives of these subjects; and c) the university is configured as a space for welcoming and exchanging experiences between these women.

Keywords: Sexuality; Experience; University Migration; Lesbian and Bisexual Women.

RESUMEN

Debido a matrices opresivas como la misoginia, el patriarcado y el heterocentrismo, la sexualidad femenina está construida para ser interpretada de forma reservada y tabú. Este problema se agrava cuando hablamos de mujeres lesbianas y bisexuales. En el caso de las jóvenes universitarias de pueblos pequeños que mantienen relaciones sexuales con otras mujeres, la migración universitaria puede aparecer como una forma de “escapar” de estos sistemas de opresión. Sin embargo, al llegar a estos destinos, estas y otras formas de violencia también están presentes, al igual que la construcción de relaciones de poder y resistencia para hacer frente a tales situaciones. Teniendo esto en cuenta, este artículo pretende conocer las reverberaciones de la migración universitaria en las experiencias de sexualidad de mujeres lesbianas y bisexuales que fueron a estudiar a una ciudad del litoral de Piauí. Se realizaron entrevistas abiertas a cuatro mujeres que cumplían los objetivos del estudio. Se constató que: a) sus sexualidades se materializan a través de sus marcadores sociales; b) la violencia física y simbólica sigue siendo una realidad en la vida de estos sujetos; y c) la universidad es un espacio de acogida e intercambio de experiencias para estas mujeres.

Palabras clave: Sexualidad; Experiencia; Migración universitaria; Mujeres lesbianas y bisexuales.

Introdução

O presente artigo se constrói a partir da seguinte pergunta de partida: como a migração universitária para uma cidade litorânea do Piauí reverbera nas experiências de sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais oriundas de municípios interioranos? Nesse sentido, um primeiro ponto a se trazer à discussão se refere à experiência e à sexualidade. No caso da experiência, o termo é utilizado para nos situar em um lugar/ponto/acontecimento a partir da nossa ótica. É a relação que estabelecemos com o mundo ao nosso redor e o sentido que atribuímos a ele. Trata-se, então, da forma singular como ele nos afeta e nos atravessa, no sentido particular da palavra, caracterizando-se como um movimento de viver na carne determinadas cenas do nosso dia a dia (Larrosa, 2014). Já a sexualidade se apresenta não só como uma expressão do prazer e da vida que transita entre público-privado, mas também como uma instância de teor político. Ela é resultante de disputas originárias de valores e normas que regem as relações sociais e sexuais permitidas, estimuladas ou proibidas, estando, portanto, atravessada, por relações de poder (Vigoya, 2024).

Desse modo, é possível entendermos a sexualidade como uma experiência que extrapola o determinismo biológico, abrangendo também dimensões históricas, econômicas, políticas, culturais, psicológicas e espirituais (Trindade & Ferreira, 2008). Diante disso, Akotirene (2019) apresenta a dificuldade de se pensar em sexualidade desarticulando-a da raça, do gênero e da classe, pois estas são experimentadas simultaneamente. Contudo, o que temos assistido é um incessante movimento de reduzir a sexualidade a um caráter biológico, universal e homogêneo (Louro, 2000). Assim, Weeks (2000) concebe esta categoria como tecida a partir de relações de poder, onde os sujeitos definem o que é necessário e desejável através de uma autoridade social historicamente institucionalizada. Tal realidade é denunciada pela cantora Bia Ferreira na sua música “Não precisa ser Amélia”:

O jogo só vale quando todas as partes puderem jogar / Sou mulher, sou preta, essa é minha treta / Me deram um palco e eu vou cantar / Canto pela tia que é silenciada / Dizem que só a pia é seu lugar / Pela mina que é de quebrada / Que é violentada e não pode estudar / Canto pela preta objetificada / Gostosa, sarada, que tem que sambar.

Assim, não concebemos a sexualidade como previamente determinada. Pelo contrário, entendemo-la como dispositivo de caráter histórico, ou seja, como um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentadas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições

morais, filosóficas e filantrópicas. Além disso, também partimos do pressuposto de que a sexualidade contém uma natureza estratégica, isto é, está imersa num contexto de vários vetores de forças e poder, os quais perpetuam vários tipos de saberes e são por eles sustentados (Foucault, 1984).

Para conceber a sexualidade como um dispositivo é importante, portanto, desnaturalizar os discursos que historicamente a tem produzido. Assim, quando fazemos um breve passeio na história da sociedade ocidental contemporânea, percebemos que, no século XVII, com advento do Capitalismo, o sexo começa a ser reprimido com um severo rigor, visto que o mesmo era incompatível com um bom desempenho no trabalho. Contudo, para Foucault (1988), tal leitura não dá conta de compreender os meandres da sexualidade. Para o autor, há um incessante exercício de estímulo para os sujeitos falarem sobre suas práticas e condutas sexuais a partir de dispositivos confessionais e, desse modo, submeter os comportamentos que fujam dos ditames reprodutivos a escrutínios ortopédicos e normalizadores. É o que nos diz o autor:

Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dele o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo [...] Todos esses elementos negativos — proibições, recusas, censuras, negações — que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvidas são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso (Foucault, 1988, pp. 18-19).

Porém, a colocação do sexo em evidência esteve ordenada para afastar da realidade, formas contrárias à economia estrita da reprodução, produzindo, dessa forma, alguns processos, como: a multiplicação de condenações judiciais de perversões; a caracterização de uma norma de desenvolvimento sexual e de todos os seus desvios possíveis, a criação de um vocabulário médico-moralista em torno das fantasias sexuais (Foucault, 1988) e a condenação religiosa, médica e social de sujeitos que se relacionam sexualmente com semelhantes, como as mulheres lésbicas e bissexuais.

Castro (2014) afirma que durante esse período, mais especificamente a partir do século XVII, assistimos a uma proliferação de discursos em torno do sexo em várias instâncias sociais — na pastoral cristã católica, sobretudo por meio da confissão; na literatura, como a do Marquês de Sade; nos regimentos policiais e administrativos; nas instituições pedagógicas e médicas. Assim, toda essa atenção que é endereçada em torno da sexualidade, nos últimos dois-três séculos, estaria ordenada em função de proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora (Foucault, 1988).

As experiências em torno da sexualidade feminina são regidas, na cena contemporânea, por parâmetros que configuram a mulher e o seu desejo a partir de ditames moralistas calcados em ideais morais de subserviência e de uma castidade que só seria violada para procriação. “As instituições em que as mulheres são tradicionalmente controladas — a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória — têm sido fortalecidas através da legislação como um *fiat* religioso, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura” (Rich, 2010, p. 19). Percebemos, assim, que na sociedade ocidental atual, a experiência da sexualidade feminina é construída para ser performada reservadamente, nos recônditos do lar. Trata-se, na percepção de Louro (2000), de um tema de suposta ordem íntima que, em tese, só poderia ser vivido plenamente na vida adulta e com um parceiro do sexo oposto.

Diante disso, Oliveira (2020) descreve a supremacia patriarcal na relação entre a mulher e a sua sexualidade a partir da associação entre sua livre expressão e a culpa/vergonha. Nesse cenário, a Igreja Católica/Protestante e o Estado construíram discursos sobre as sexualidades femininas, principalmente através da instituição do casamento e das suas funções reprodutivas. Assim, enquanto os homens poderiam viver o exercício pleno da sua sexualidade, as mulheres deveriam se imbuir de culpa e remorso quando cogitassem exercitar o próprio desejo (Oliveira et al., 2018), devendo recorrer aos dispositivos confessionais, como conversas com padres/pastores ou psicoterapia. Para Izquierdo, Paulo & Santos (2020), as instituições da sociedade ocidental seguem construindo discursos sobre a sexualidade quando põe o comportamento sexual para os homens como uma expressão plena

de masculinidade e para as mulheres como uma transgressão digna de culpa. Acerca desse movimento, Morais (2017, p. 85) afirma:

Ter autonomia sobre o próprio corpo num contexto patriarcal gera sanções muito graves, mesmo para as mulheres que se relacionam exclusivamente com homens. Sobre essas mulheres, recaem os estigmas de promiscuidade sexual. Assim, ao mesmo tempo que é esperado que elas se relacionem com homens, não é permitido que elas tenham um exercício autônomo da própria sexualidade, porque seu desejo sexual deve estar sempre subalterno ao de um homem, e de preferência deve estar expresso dentro de um relacionamento heterossexual monogâmico.

Assim, é possível afirmar que apesar de haver uma forte propagação de narrativas sobre o empoderamento feminino, a liberação sexual da mulher iniciada na década de 1960, a qual ajudou a popularizar comportamentos como a diminuição da moralidade sexual e a propagação do uso dos métodos contraceptivos e da pílula anticoncepcional, não alcançou a totalidade das experiências sexuais femininas (Martins et al., 2020; Izquierdo et al., 2020), como as mulheres lésbicas e bissexuais, em especial, as negras, pobres e periféricas.

Diante disso, é possível atestar o caráter opressivo e compulsório da heterossexualidade, entendida como uma instituição social, política e econômica que produz modos hegemônicos de pensar e de se comportar. No caso das mulheres lésbicas e bissexuais, a heterossexualidade sustenta sua supremacia por meio de dispositivos que perpetuam violências físicas, materiais e econômicas e por um sólido controle ideológico, simbólico e político (Aggio, 2024).

Lorde (2019) traz a reflexão acerca da importância de nos definirmos para fugir do risco de sermos rotulados pelos outros. Vivemos numa sociedade machista, racista e heterocêntrica, que não vê a alteridade como uma força dinâmica e potente, mas sim como uma ameaça a ser contida e exterminada. É urgente, portanto, a necessidade das mulheres negras e lésbicas se reconhecerem a partir dessas construções identitárias como forma de ultrapassar as barreiras de opressão. Em virtude da ancoragem dessas representações, vê-se a dificuldade de assumir tais pertencas, pois as rejeições externas acabam gerando grandes sentimentos de ódio interno que crescem incorporados aos processos subjetivos das mulheres lésbicas e bissexuais.

De acordo com Morais (2017), a heterossexualidade é um produto que tem por base um sistema político de dominação e de controle de corpos e de subjetividades. Nessa organização que hierarquiza os gêneros, há o fortalecimento desse padrão que nega a sexualidade feminina e conduz a esse modelo de forma compulsória, como algo natural e universal. A partir daí, as mulheres que se apropriam da identidade negra e lésbica ou bissexual apresentam-se como uma afronta ao sistema heterocentrista, patriarcal, misógino e racista, uma vez que performam suas sexualidades livremente (Morais, 2017). Contudo, é importante frisar que tal assertiva não quer dizer que as mulheres que se relacionam sexualmente com outras mulheres são um grupo coeso e homogêneo, onde todas são atravessadas pelas mesmas dores, sofrimentos e violências. Muito pelo contrário: a assunção dos termos deve vir no plural, pois diversos fatores se imbricam nos processos subjetivos de tais sujeitas, como questões raciais, performances de gênero e contextos geopolíticos e socioculturais (Motter, 2025). Tal assertiva não quer dizer que se almeja romancear as matrizes de opressão que permeiam suas experiências em torno da sexualidade.

“Numa sociedade falocêntrica, a relação sexual sem pênis é considerada incompleta e, portanto, desconsiderada” (Diniz, 2013, p. 83). Tal ideologia reflete no apagamento das relações que fogem à heterossexualidade, não apenas por considerar o prazer como algo inalcançável senão com a presença de penetração, mas também pela apresentação de uma imagem pejorativa da mulher que se relaciona com outras mulheres como sendo um homem incompleto (Morais, 2017).

Construir-se num mundo baseado nesse sistema faz com que muitas passem pelo processo de homofobia interna, compreendida como a não aceitação de certos comportamentos ou características em si ou na comunidade, como, por exemplo, negar a troca de carinho em público ou se manter apática em relação ao direito de casar-se.

Nesse contexto, é preciso apontar as distinções entre o ser mulher lésbica e o ser mulher bissexual. Mesmo que a realidade de estereótipo, preconceito e discriminação seja compartilhada entre esses dois grupos, constroem-

se discursos que tornam abjetas performances de sexualidade contrárias às manifestações monossexuais. É o caso das experiências de mulheres bissexuais. Numa sociedade ancorada em padrões binários do existir, tais sujeitas socialmente concebidas como monodissidentes são apontadas como pessoas infiéis, indecisas, promíscuas e hiperssexualizadas (Pereira et al., 2025).

Percepções essas que não chegam às mulheres lésbicas, já que em torno destas se constroem outros discursos de descrédito: tais são vistas como figuras masculinizadas e carentes sexualmente de um falo (Freitas et al., 2022). Ao mesmo tempo, ambos os grupos estão circunscritos a tipos de violência: social, intrafamiliar, conjugal, comunitária, nas políticas públicas etc.

Quando se trata de realidades rurais, muitas vezes essa dinâmica de menosprezo às mulheres que se relacionam sexualmente com outras mulheres é ainda mais rigorosa, em virtude de a dinâmica familiar, muitas vezes, estar circunscrita ao conservadorismo religioso e pela construção do ideal feminino a partir do marianismo, isto é, da imagem recatada, nascida para servir e obedecer. Nesse sentido, Bispo e Mendes (2012) caracterizam os cenários rurais a partir de algumas características: a) espaços geográficos e densidade populacional em menores proporções e com mobilidade territorial reduzida; b) infraestrutura de baixa complexidade; c) compartilhamento de singularidades entre os sujeitos que a compõem; d) construção de relações abertas, horizontais, heterogêneas e afetivas e e) existência de ciclos sazonais de migração para a ambiência urbana (Bispo & Mendes, 2012). Tal caráter de intimidade, onde todo mundo se conhece, apesar de promover a construção de relações de cooperação e solidariedade, no caso das práticas sexuais de mulheres lésbicas/ bissexuais, podem ser escrutinadas através de ditames morais e cristãos.

Nesse contexto, as mulheres lésbicas e bissexuais que habitam esses cenários, quando no início da adolescência, veem-se diante de um dilema: “abrir mão” do conforto, mesmo que idealizado, de viver em família ou deixar de lado a própria identidade, ou seja, omitir essa parte de quem se é para se encaixar no ideal de família perfeita. Isso, porém, não quer dizer que, no presente artigo, pretende-se operar a partir da diáde campo-ruim e cidade-bom, pois faria com que o presente texto destoasse das matrizes teórico-epistêmicas que o norteiam: em ambos os cenários, imperam relações de força e poder, violências e práticas de resistências, mas com singularidades que não podem ser ignoradas, como as mencionadas acima.

Essa realidade, somada com as políticas educacionais de expansão do Ensino Superior no Brasil, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007), o Programa Universidade para Todos (ProUni) (Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005; decreto n.º 5.493, de 18 de julho de 2005) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (Lei n.º 10.260, de 12 de julho de 2001), permitem a algumas dessas mulheres a migração universitária como uma saída, mesmo que momentânea, dessa realidade de turbulências (para quem assim a percebe), numa fase da vida já intempestiva que é a juventude/ adolescência, ainda mais com relação a sujeitas que transitam pelas margens sociais e sexuais da sociedade. Acerca desse fenômeno Cardoso, Castro, Frio & Fochezatto (2022, p. 431), destaca que “a migração estudantil é um efeito benéfico e enriquecedor para a formação dos estudantes, pois permite não só uma diversidade cultural nas universidades, mas também que os migrantes conheçam outras realidades distintas da sua região de origem” (Cardoso et al., 2022). Esse fenômeno tem sido recorrente no contexto de vida de jovens ao longo dos anos. Trata-se, portanto, da mudança na residência do indivíduo, entre diferentes espaços e por um período definido (Silva, 2020).

Mais do que um processo de deslocamento de um lugar para outro, essa transição se dá ao nível psicológico e envolve uma gama de mudanças na vida do indivíduo. Ao mesmo tempo, em que um jovem passa pelo processo de questionar e repensar marcas e hábitos sob os quais se construiu culturalmente, também se apropria, adapta-se e elabora novos costumes conforme o ambiente ao qual estará inserido (Ramos, 2008).

Nesse período de ingresso à universidade e que geralmente coincide com transição para adultez, os jovens permitem-se viver a liberdade e as responsabilidades que os aguardam. Está-se diante de um momento para os indivíduos exercitarem seus aprendizados e capacidades para lidarem com a vida adulta (Borche & Viecili, 2019). O sentimento causado por esse processo é tido como ambivalente, uma vez que pode ser visto “como algo difícil, em virtude de se sentirem sozinhos, e também como algo importante, devido à independência conquistada” (Dias

& Soares, 2012, p.17). É importante ressaltar que essa experiência é sentida de forma diferente, não apenas pela percepção individual, mas também por ser marcada por diferenças de classe, raça, gênero e sexualidade.

Se por um lado, tais corpos dissidentes ao ingressarem no contexto universitário podem encontrar guarida e acolhimento em tais cenários, não podemos negar que tais instituições também têm operado como agentes disciplinadores de corpos e subjetividades, seja de forma sutil ou escrachada, fortalecendo os regimes de poder da heterossexualidade e da cisgeneridade (Ribeiro & D'Ávila, 2023). Em contrapartida, não se pode esquecer que o contexto universitário também pode se constituir num espaço para (des)construir identidades e perceber o corpo como um agente de luta. Ao menos, pode-se pensá-la como um lugar de possibilidade para se produzir ciência a partir de um movimento político de reconhecimento de si e de aproximação com as lutas contestatórias e de produção de marcas de identificação para as “irmãs” (Souza, 2022).

Auad e Martins (2020) apontam a universidade como um palco, ainda que limitado, para as mulheres lésbicas ecoarem suas vozes e fortalecerem as relações sociais e comunitárias entre si e, desse modo, construir comunidades para romper com o silêncio historicamente imposto a elas. É necessário ultrapassar o medo da dor que tal ato pode causar, pois a letargia permite que a opressão opere violentamente causando dor e sofrimento. Rompê-lo não faz apenas com que estas deixem de ser vítimas, mas também com que nos se tornem guerreiras atuantes em prol do movimento de deixar o espaço aberto para mudanças sejam construídas (Lorde, 2019).

Tendo em vista que essa não é uma realidade exclusiva, o presente artigo justifica-se pela necessidade de estimular a reflexão acerca das experiências de sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais interioranas tanto dentro do contexto rural como no urbano. Além disso, ambiciona trazer à luz as relações de força e poder, bem como as resistências cotidianas dessas mulheres, e é relevante à medida que visa mapear essas experiências de sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais que foram estudar numa cidade do litoral do Piauí. Posto isso, o objetivo deste estudo versou em conhecer as reverberações da migração universitária nas experiências de sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais que residem num município do litoral piauiense.

Itinerários da Pesquisa

Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. De forma geral, essas tipologias de pesquisa caracterizam-se por estarem implicadas com investigações que não se preocupam com representação numérica, mas que se propõem em esmiuçar sujeitos, narrativas e acontecimentos a luz de processos sociais e das singularidades que os atravessam (Gil, 2009). Trabalha-se, portanto, com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2001). Especificamente, neste artigo, utilizou-se do método narrativo, o qual se apresenta a partir das experiências expressas nas histórias vividas e contadas pelos sujeitos em torno de determinada temática, ação, acontecimento ou de uma série de eventos encadeados cronologicamente (Creswell, 2014). Nessa perspectiva metodológica, a ideia não é a construção de uma teoria geral e totalizante sobre a questão a ser investigada, mas sim produzir vislumbres parciais e lacunares em torno desta.

Cenário da pesquisa

O estudo se desenrolou numa cidade litorânea do Piauí. Esta é a segunda mais populosa do estado e conta com aproximadamente 160 mil habitantes. Conforme o DataSebrae (2023), em 2020, quase 90% da população do referido município residia na zona urbana. Em 2022, o perfil etário majoritário, cerca de 47%, estava entre 20 e 49 anos. Vale ainda ressaltar que segundo o G1 (2023), a cidade em questão conta com cerca de 20 mil habitantes no que diz respeito à “população flutuante”, termo usado para se referir à parcela não residente no local fixamente.

Participantes

Em virtude de não se tratar de um estudo preocupado com representação probabilística, a captação das participantes para a pesquisa foi feita através do método “bola de neve”. Este recurso consiste em encontrar informantes-chaves que colaboram com a investigação e, no fim, auxiliam no processo de localizar outras pessoas com o perfil indicado para a pesquisa. A esses novos contatos é solicitada a recomendação de outros sujeitos com as características desejadas e assim sucessivamente até se atingir a amostragem desejada (Vinuto, 2014). Foi isso o que se desenrolou no presente estudo.

Nesta investigação, trabalha-se com a ideia do pesquisador-implicado – nesse prisma teórico-epistêmico, as trajetórias, os desejos e as posições ocupadas por quem conduz o estudo não são jogados “embaixo do tapete”, e sim reconhecidos, analisados e problematizados (Lourau, 2004). No caso desta pesquisa, a primeira autora é lésbica, provém de uma cidade interiorana e migrou para um município de médio porte a fim de se inserir no contexto universitário. Tais pertencas identitárias contribuíram para que fosse possível acessar às sujeitas do estudo. O segundo autor do texto, por outro lado, é um homem negro, nascido numa cidade de médio porte. Sua presença no estudo ajudou para, seja nos dispositivos de supervisão, seja na análise e discussão das informações, que “as visões não ficassem acinzentadas”. Além disso, o ato de compartilhar o referido manuscrito a outros colegas pesquisadores, nos ritos universitários que são específicos, contribuiu para tornar as leituras analíticas mais heterogêneas e robustas.

É importante frisar que se optou por, aqui, neste texto, trabalhar com a estratégia da triangulação teórica. Ela se caracteriza como o cruzamento de distintos pontos de vista, permitindo, a partir de composições teóricas criativas/inventivas, aproximações e distanciamentos conceituais que esgaçam as limitações de uma única forma de ver o mundo (Sá & Henrique, 2019). Ancorou-se em teóricos das correntes: esquizoanálise; análise institucional; ontologia do presente; decolonialidade e estudos sobre gênero e sexualidade. Em paralelo, seguiu-se passos metodológicos inspirados na cartografia e na socioanálise – formas de investigação que se propõem em transformar a realidade para poder conhecê-la. Mas, sem se reduzir a nenhuma dessas perspectivas. Tal decisão se desenrolou a partir do desejo de construir uma “caixa de ferramentas” teórico-metodológica ampla e heterogênea para melhor analisar o fenômeno proposto.

Além disso, como a primeira autora do artigo, na época da execução da pesquisa, estava inserida na ambiência universitária e, em seu ciclo de amizade, muitas pessoas se encaixavam nos requisitos para participar do estudo, ela se usou de sua rede informal para acessar possíveis participantes. Para colaborar com o estudo, alguns critérios foram estabelecidos: a) ter mais de 18 anos; b) identificar-se como mulher lésbica ou bissexual (seja cisgênero ou transsexual, por mais que, no caso do segundo grupo, nenhuma componente da investigação pertence a tal grupo identitário); c) ser originária de uma cidade interiorana; d) residir na cidade onde a investigação aconteceu; e e) ser aluna da universidade federal da cidade. A escolha de delimitar a pesquisa a mulheres cisgêneros traz como consequência um silenciamento em torno das experiências de mulheres trans lésbicas e bissexuais. Contudo, tal decisão ocorreu por conta de tal grupo, além das questões de sexualidade, também enfrentar desafios de outra ordem (menosprezo à identidade de gênero, dificuldade na inserção no mercado de trabalho), exigindo estudos específicos para contemplar as nuances de tal temática.

Quatro colaboradoras participaram do estudo. Para nomeá-las, escolhemos homenagear figuras públicas ligadas às lesbianidades. É importante frisar que esse número reduzido de sujeitas se deambulou em virtude da proposta da pesquisa em se debruçar sobre a categoria “experiência”. Desse modo, o intuito do estudo estava em se defrontar com narrativas singulares, isto é, com dores, alegrias e amores, o que não seria possível com um número elevado de colaboradoras.

Outro ponto a se reiterar diz respeito ao fato de as participantes serem do mesmo curso e universidade, o que dá um caráter parcial às nossas análises. Contudo, tal fato não diminui a importância do estudo, pois, como mencionado acima, os estudos sobre experiência não se propõem a generalizar os seus achados à população em geral, mas em explicar o singular.

Tabela 1 - Caracterização das participantes.

Caracterização das Participantes					
Participante	Faixa de Idade	Curso	Raça	Faixa de Renda	Orientação Sexual
Rosely Roth	20-24	Psicologia	Branca	0-2 salários	Bissexual
Cassandra Rios	20-24	Psicologia	Branca	0-2 salários	Lésbica
Yone Lindgren	20-24	Psicologia	Branca	0-2 salários	Bissexual
Neusa das Dores	20-24	Psicologia	Parda	2-4 salários	Lésbica

Fonte: Elaboração própria.

Instrumentos e Procedimentos

Em um primeiro momento, a proposta desta pesquisa era realizar uma ou mais entrevistas coletivas, porém diferentes elementos contribuíram para a ideia ser abandonada: a) a homofobia internalizada, fruto da sociedade heterocentrista em que vivemos — muitas eram as sujeitas que se interessavam pelo estudo, confirmavam presença e, na hora H, desistiam da ideia, seja para não expor a si mesmas na cena pública, seja por medo do julgamento; b) o ritmo industrial que os diferentes cursos superiores são submetidos, fazendo com que marcar um canal de troca entre discentes de diferentes cursos seja um trabalho praticamente impossível, uma vez que estas, muitas vezes, precisam conciliar trabalho, estudos e vida pessoal; e c) a timidez de determinadas participantes. Por conta disso, recorreu-se à entrevista aberta na modalidade individual.

Tal mudança não prejudicou o caráter do estudo, uma vez que, nesse estudo, concebe-se o pesquisar assim como numa navegação, isto é, atenta-se para o desaguar dos processos da vida, seguindo o movimento das marés. Nesse sentido, utilizou-se da entrevista narrativa como uma forma de acompanhar os processos subjetivos das participantes e a experiência trazida por estas. Esta modalidade se caracteriza como uma ferramenta de coleta de dados não estruturada e que se propõe mergulhar em aspectos específicos que surgem a partir de histórias de vida mapeadas, o que em muito se coaduna com a proposta desse artigo. Em tais cenários, é possível reconstruir momentos/experiências a partir de certos prismas/olhares (Pachá & Moreira, 2022).

Uma vez estabelecido o contato inicial com as participantes, sugeriu-se que a condução das entrevistas ocorresse num local significativo para cada uma. Contudo, todas as integrantes deixaram tal escolha a critério da primeira autora do artigo. Em decorrência disso, optou-se por realizar as entrevistas no Serviço Escola de Psicologia da universidade que os autores do estudo são filiados, pois, em tal espaço, era possível construir uma ambiência segura e respeitosa, para livre fruição das experiências de sexualidade de cada participante.

Como disparador das entrevistas, foi construída uma *playlist* com músicas previamente selecionadas. O objetivo foi permitir que cada sujeita reconstruísse sua história de vida a luz do interesse de investigação deste estudo: os impactos da migração universitárias nas experiências de sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais.

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, sendo que, antes da sua execução, cada participante foi informada sobre objetivos, riscos e benefícios da investigação, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que explicita os direitos dos sujeitos, respeitando os referenciais bioéticos de autonomia. Todo esse processo foi submetido e aprovado pelo no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPA, com nº de parecer 6.799.076, tendo como número do CAAE 78620424.4.0000.0192.

Análise de Dados

Para uma melhor organização e sistematização das informações acessadas, trabalhou-se a partir da construção de analisadores. De forma geral, Lourau (2004) os apresenta como uma cena, evento, acontecimento, personagem e/ou narrativa que nos possibilita ter conhecimento dos processos institucionais que nos circundam, aqui entendidos não como espaços físicos, mas como processos sociais com lógicas, regramentos e normativas que lhes são específicos. Nesse sentido, no caso dessa pesquisa, as narrativas foram desmembradas e cada trecho serviu como um disparador, ou melhor, como um analisador dos impactos da migração nas experiências de sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais oriundas de cidades interioranas. Para construí-los, os dois autores do estudo, primeiro, isoladamente e, em seguida, em diálogo, debruçaram-se sobre as narrativas das sujeitas participantes, a fim de entrarem num consenso sobre quais instâncias seriam disparadoras dos nossos debates.

Resultados e Discussão

É comum os percalços na construção de uma pesquisa, mas é imprescindível olhar com sensibilidade quando se trata de pesquisas que se referem à sexualidade feminina. Conceber essa ampla abstenção como um fenômeno natural é pospor a reflexão de Lorde (2019) de como a sociedade ocidental usa de violências cotidianas para limitar, oprimir e exterminar minorias. Estas, por sua vez, incorporam à construção de suas subjetividades um ódio interno em relação si mesmas que as acompanham boa parte da vida, colocando-as num local de vulnerabilidade onde estarão circunscritas a definições atribuídas por essa sociedade. Tal fato complexifica o processo necessário de assumir a própria identidade sexual, como pode ser observado nas falas de uma sujeita da pesquisa:

Neusa das Dores: “Aqui, algumas têm muita dificuldade de falar assim ‘eu sou mulher lésbica’ ‘eu sou mulher bissexual’”.

Neusa das Dores: É uma coisa assim meio frustrante até, porque a gente conhece tantas mulheres lésbicas e bissexuais, mas, para elas, ainda, algumas, ainda é uma barreira chegar e falar numa pesquisa abertamente que “ah, realmente eu sou”.

Nessas narrativas, é explicitada uma discussão trazida por Sedgwick (2007), onde retrata que mesmo quem que já assumiu suas identidades sexuais também é perseguida pelo “armário” e por lá permanecendo seja para perpetuar relações com pessoas importantes para elas, seja para ser melhor aceitas em certos cenários. Um debate interessante que surge é que nesses casos, a sexualidade é concebida como uma instância do existir que deveria ser privada apenas pela necessidade opressora de configurar as pessoas em ditames sociais e morais orquestrados por uma heterossexualidade compulsória (Sedgwick, 2007), aqui compreendida como “algo imposto, administrado, organizado e propagandeado e mantido por força [...], uma instituição política opressora que constitui, define e controla as mulheres por meio da divisão sexual do trabalho e da exploração econômica do trabalho reprodutivo” (Aggio, 2024, p. 4).

Nesse sentido, um dos principais pontos da heterossexualidade compulsória é o poderio masculino, o qual se atualiza a partir dos seguintes elementos: a) menosprezo à sexualidade das mulheres; b) uso da força física/simbólica; c) exploração do trabalho para controle de produção; d) tutela sobre a prole; e) escrutínio sobre o corpo e seus possíveis movimentos; f) uso da mulher como objeto de transações; g) restrição à inteligência, saberes, desejo e criatividade e h) censura sobre produções artístico-culturais (Rich, 2010). Nesse cenário, a Igreja Católica e a Protestante contribuem com tais movimentos de (re)configuração e de formatação da sexualidade feminina, produzindo-a a partir de um ideal de pureza, benevolência e castidade. Tais elementos são vistos nas experiências trazidas e exemplificadas nas falas das personagens desse estudo:

Rosely Roth: Isso nunca foi uma questão pra mim porque eu sempre achei que como a minha família é muito religiosa e eu era muito religiosa eu achava que eu ia acabar casando com um homem. Não tem muito o que pensar.

Cassandra Rios: E lá tinha muita essa questão religiosa lá na minha cidade, porque lá tem muitas igrejas, principalmente evangélicas. E as igrejas evangélicas são mais fechadas quanto a isso então eu tinha esse receio na minha própria cidade de expor isso.

Yone Lindgren: Uma amiga minha, dessa mesma escola católica que eu estudei, ela também tava se descobrindo e ela passou por um processo muito mais complexo, porque a mãe dela era muito religiosa, era fervorosa mesmo, de estar todo domingo e não só os domingos, mas também nos dias de semana na igreja, ela sempre estava batendo lá batendo ponto. E ela tinha até uns livros de espiritismo e na época que a mãe dela soube que ela estava namorando com a menina ela queimou esses livros dela então foi tanto um repúdio a sexualidade, quanto a moral, como tudo que ela era.

Assim, é importante ressaltar o que Jesus (2013) traz acerca desse controle, apontando-o como, em parte, responsabilidade da tradição judaico-cristã que se utilizava de sua influência desde a Idade Média para censurar referências positivas de homossexuais. Isso fazia com que quaisquer indivíduos sob essas condições fossem considerados pecadores, criminosos e que deviam ser submetidos às fogueiras ou prisões. Além disso, pode-se pensar nesse cenário como “solo fértil” para o que apontam Machado, Castanheira e Almeida (2021) ao falarem sobre o patriarcado se consolida hierarquizando a sociedade e favorecendo o controle masculino sobre as mulheres, que, por sua vez, são, socializadas para servir e cuidar, além de serem postas como dependentes da relação com um homem para serem completas e felizes, fortalecendo, assim, práticas de preconceito e discriminação em diferentes cenários, como em cidades mais interioranas. Nessa relação, é preciso considerar a pressão exercida sob o gênero feminino para sublimar seus desejos através de comportamentos socialmente aceitos. É o caso da maternidade e do matrimônio, os quais marcam dolorosamente àquelas que não se enquadram em tais desejos por meio da violência física e/ou psicológica. Assim como na expulsão de casa ou no discurso de que a maturidade trará a moralidade e essa mulher irá se ajustar ao modelo “normal” esperado (Ferreira et al., 2017).

Para uma parcela dessas mulheres, aqui representadas pelas participantes, a transição da adolescência para fase adulta se dá em meio a um processo de migração, pois o Ensino Superior, embora facilitado por políticas de expansão universitária, acontece em locais diferentes de suas cidades de origem. Essa experiência, segundo Cardoso, Castro, Frio & Fochezatto (2022), permite a essas jovens conhecer outras realidades, bem como suas dificuldades e potências, fato trazido nas falas da Rosely Roth “[...] existe um lugar onde as pessoas conseguem ser quem eles são” referindo-se à cidade em que morava no momento da pesquisa e “a faculdade foi o lugar onde percebi que as ideias divergem, não existe esse grande martelo pesando sobre a cabeça de todos nós”. Esse processo se inicia com a percepção, por parte das colaboradoras, da realidade experienciada por elas, trazida, direta ou indiretamente, em suas narrativas:

Rosely Roth: E quando eu cheguei aqui não tinha nada me prendendo, nem ninguém, nada, liberdade pura e completa.

Cassandra Rios: Assim, aqui tá sendo muito bom porque aqui eu me sinto um pouco mais livre do que lá, lá eu sou mais contida.

Yone Lindgren: Quando eu vim para cá, não que eu tenha tido muitas experiências, mas eu tive mais liberdade sem ter essa contenção da família e do local que eu tava.

Neusa das Dores: É... aqui a gente de certa forma tem essa liberdade maior para ser... pra gente se exprimir né colocar assim de fato quem a gente é.

A partir daí se abre uma gama de possibilidades para novas experiências, uma vez que essa migração também acontece ao nível psicológico e é viabilizada pelo processo de questionar e repensar hábitos-conceitos

construídos culturalmente, atitude quase vital ao indivíduo que se encontra em novo contexto (Ramos, 2008). Viver esse processo permite às mulheres lésbicas e bissexuais, por um lado, repensarem as próprias sexualidades e as visões que carregam sobre si mesmas, possibilitando um possível exercício pleno da sexualidade. Por outro lado, ao chegar na ambiência urbana, passada a euforia inicial, estas se deparam com outros canais de expressão da heterossexualidade compulsória, significando, em alguns casos, ver-se submetida a outras formas de estereótipos, preconceitos e discriminações.

Nesse cenário, o Ensino Superior se apresenta como um polo agregador da diversidade e promotor de redes de suporte e cuidado entre os iguais e os heterogêneos. “Aqui na faculdade e especialmente no curso de Psicologia, as pessoas são muito livres com isso de viver a própria sexualidade, de se descobrir e não ter vergonha disso” (Rosely Roth), pois mesmo sendo atravessada pela construção limitante e disciplinadora da sociedade heterocentrista, também é palco de escuta/diálogo com as pessoas silenciadas e vulnerabilizadas, assim como um canal de (des)construção e de luta pelo direito de exercer a liberdade sobre si (Lorde, 2019; Souza, 2022).

Durante tal processo de produzir e identificar as marcas de reconhecimento das “irmãs”, como trazido por Souza (2022), é possível não apenas ter acesso às teorias que discorrem sobre essas experiências, mas também que tais personagens construam dispositivos de amizade e de amorosidade. É possível também, nesse cenário, a efetivação de espaços de acolhimento, principalmente entre pessoas que performam as suas sexualidades a partir das margens da heterossexualidade compulsória e, a partir daí, permitem-se abraçar a luta política que é conhecer a si mesmas. Nesse movimento, é possível perceber o quão profundas podem ser as cicatrizes que tal matriz de opressão pode causar, principalmente quando são trazidas experiências onde uma mulher teve a privacidade do seu corpo invadida por ser considerada posse aberta para um homem “uma vez eu tava com a minha namorada na praça, não justificando isso, mas era como se a gente fosse duas ‘fems’ aí a gente tava abraçada na praça e um cara começou a pegar embaixo na gente” (Yone Lindgren).

Tal evento corrobora a discussão trazida por Morais (2017) que retrata a sociedade como circunscrita num sistema político de controle e dominação de corpos, subjetividades e condutas sexuais ao mesmo tempo, em que binariza e hierarquiza gêneros colocando o masculino como detentor do poder. Dentro dessa organização, à mulher não é permitido livre exercício sobre sua sexualidade, mas ao homem é naturalizado e esperado que o faça. Dessa forma, muitas vezes, as mulheres lésbicas e bissexuais sofrem a violência de ter o corpo e/ou espaço invadidos pelo direito tácito que os homens recebem e utilizam de tomar tudo aquilo que por eles é desejado. Pensando nessa relação é possível relacionar a contextualização que Oliveira, Rezende e Gonçalves (2020) faz do corpo da mulher como sendo regulado a partir de concepções cristãs, colocado em função da reprodução, o que pode ter contribuído para apagar relações femininas não heterossexuais.

Tais práticas também se apresentam na vida dessas sujeitas sutilmente, como “piadas e brincadeiras” no intuito de normalizar a opressão, “lembrei que desde sempre as meninas que tinha um comportamento considerado mais masculino, elas eram chamadas de menina macho, eu mesma já fui chamada de “Juninho Play” quando era criança, acho que por isso também eu me moldei mais, no sentido de performar mais feminilidade” (Yone Lindgren), ou através da demonização do que foge ao padrão “onde eu cresci, crianças dos anos 2000, tipo, você cresce ouvindo piadinha de que pessoas LGBT são pessoas licenciosas, que fazem uma escolha de viver errado e por eu crescer assim eu acreditava que tipo ‘é isso, você escolhe isso’” (Rosely Roth).

Tais narrativas, segundo Prado (2017) surgem a partir do nosso sistema normativo que prevê a regulação da sexualidade ancorada no discurso de heterossexualidade compulsória, bem como da cisão/binaridade dos gêneros e da valorização da figura masculina, estabelecendo tais práticas discursivas como verdadeiras/naturais. Esse processo transforma microagressões em questões banais/cotidianas – as sujeitas às margens dos circuitos sociais são alvos constantes de depreciações, além de serem atravessadas por sentidos de estigmatização e de culpabilização. Tal fenômeno ocorre em virtude dos estereótipos, preconceitos e discriminações que tais sujeitas são vítimas, pois são elas que se manifestam contrárias ao “normal”.

É também reflexo desse processo que surge a homofobia interna que impede as mulheres lésbicas e bissexuais, muitas vezes, em assumir a própria identidade sexual e utilizar a própria voz para tomar o lugar é seu por direito. Em decorrência disso, estas são assombradas dia após dia pelo “armário”, mesmo quando acreditam já terem se livrado dele (Sedgwick, 2007), “[num relacionamento assumido] eu já era mais assim, tipo, pra mim eu

podia ficar eu podia ter *date* num bar com uma mulher, mas para eu beijar ela tinha que ser em outro espaço, tipo isso, que eu ainda tinha medo de represália” (Neusa das Dores). Nesse sentido, é possível pensar nesse processo também com um produtor da solidão da mulher lésbica e bissexual, bem como do seu adoecimento psíquico/existencial. Conforme é possível perceber, estas são jogadas dentro dessa “grade” invisível que as fazem viver em prol da satisfação do outro, limitando suas possibilidades de ser e de existir no mundo e consequentemente na desconsideração de sua própria existência.

Ao problematizar essas narrativas de insegurança com relação a performar o afeto entre mulheres em público, é possível enxergar um processo de padronização do prazer feminino a partir do poderio masculino e de uma visão heterocêntrica que invisibiliza as relações sexuais que escapem desse modelo, principalmente com relação às mulheres, pois estas são colocadas como incompletas e incapazes de experimentar o prazer quando em união sáfica (Morais, 2017).

Dias e Soares (2012) falam sobre a independência nesse processo de “saída do armário” como sendo necessária para o processo de individuação do ser humano em que ela coloca em prática os saberes da vida, escolhendo o que faz sentido manter como hábito. Em contrapartida, evidencia o sentir-se sozinha como frequente na vida dessas sujeitas, ainda mais em contextos de migração universitária, quando, a depender da quilometragem, tais personagens estão longe da família e das amizades. Portanto, é válido pensar que a ambiência urbana pode surgir como uma forma de mitigar esse sentimento, pois “Aqui é como se tivesse a mesma estrutura da minha cidade pequena só que maximizada e eu acho que isso dá um fôlego, porque tem um pouquinho de casa, mas não é exatamente aquela casa” (Cassandra Rios). Assim, mesmo havendo uma gama de mudanças acontecendo em todos os níveis, essa proximidade com o local de origem acaba reduzindo a radicalidade de estar longe ao trazer um pouco do “conforto de casa”.

Considerações Finais

Foi possível identificar as experiências de sexualidade que atravessam o cotidiano de mulheres lésbicas/bissexuais tanto em suas cidades natais, como no município onde o estudo foi realizado. Em outras palavras, identificamos como isso foi vivido e encarnado por tais personagens em seus cotidianos, caminhando por narrativas que traziam em seu bojo, relações de força, poder e resistência e práticas de violência veladas e sutis. Foi trazida a angústia da construção da identidade sáfica no decorrer da vida e as potências e os sabores de assumir tal identidade sexual “saindo do armário”. Além disso, debruçou-se sobre as diferenças dessas experiências em cada lugar, evidenciando a afetação que a migração causou.

Dentro das experiências trazidas explicitou-se que as mesmas embora sendo plurais também são únicas e que podem surgir para construir práticas de resistência singulares diante das mais diferentes formas de opressão. É o caso, por exemplo, das possibilidades que a universidade pode proporcionar no que diz respeito às experiências de sexualidade, como o acolhimento trazido pela identificação de iguais. Além disso, a presente pesquisa acabou produzindo novas inquietações interessantes para serem revistas e continuamente pesquisadas, pois é um fenômeno social, que pode e deve ser visto a partir de diferentes recortes, pois não se pode desconsiderar a experiência como processo individual. É importante ressaltar também que não problematizar processos causadores de angústia para as minorias é uma escolha de se silenciar diante da opressão que vivemos.

Referências

- Aggio, J. (2024). Revisitando o conceito de gênero pelo viés da heteronormatividade: a marca incontestável do feminismo lésbico. *Revista de Filosofia Aurora*, 36, 1-15. DOI: <http://doi.org/10.1590/2965-1557.036.e202431354>.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo, Brasil: Polén.
- Auad, D., & Martins, L. B. (2020). Lésbicas e ensino superior: entre o silêncio e a fala. *Educação & Linguagens*, 9(17), 26-51. DOI: <https://doi.org/10.33871/22386084.2020.9.17.26-51>.

- Bispo, C. L. S., & Mendes E. P. P. (2012). *Rural/urbano e campo/cidade: características e diferenciações em debate*. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/ZahYJGsVxUttXFuCVsy3t8vfUmyVdV2jP5kT5mfXn7Y6CDjkJj2Z3ZAH9kEY/geo4-07und01-texto-de-apoio-ao-professor.pdf>.
- Borche, N. C., & Vicieli, J. (2019). *As implicações da saída da casa dos pais na vida de jovens universitários* (Monografia de conclusão de curso). Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil. <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/c4dac417-473a-4395-ab1c-b9b6f3f0e37a/content>.
- Cardoso, R. P., Castro, A. P., Frio, G. F., & Fochezatto, A. (2022). Migração estudantil: uma análise do impacto da política de cotas e do programa universidade para todos. In F. C. Macedo, A. M. Neto & D. J. Vieira (Orgs.). *Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI* (pp. 429-461). Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1>.
- Castro, E. (2014). *Introdução a Foucault*. São Paulo, Brasil: Editora Autêntica.
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre, Brasil: Penso.
- DataSebrae PI (2025). *Perfil dos municípios piauienses: acesse relatórios completos sobre o perfil de todos os municípios do Estado*. DataSebrae PI. <https://datasebrae.com.br/pi/#perfil>.
- Dias, M. S. de L. & Soares, D. H. P. (2012). A escolha profissional no direcionamento da carreira dos universitários. *Psicologia Ciência e Profissão*, 32(2), 272–283. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000200002>.
- Diniz, R. P. (2013). *As Representações léxico-semânticas no cordel* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/1893/1/PDF%20-%20Rozeane%20Porto%20Diniz.pdf>.
- Ferreira, S. A. S., Alcides, A. L., Ribeiro, F. H. B., Rego, K. S., Ferreira, L. S. A., & Oliveira, N. A. (2017). Homossexualidade feminina, liberdade sexual e interiorização do ensino superior. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 3(2), 1-21. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v3i2.22090>.
- Foucault, M. (1984). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Brasil: Edições Graal.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade i: a vontade do saber*. Rio de Janeiro, Brasil: Edições Graal.
- Freitas, R. V., Santos, P. M., & Canto, C. I. B. (2022). “E sobre as lésbicas?”: a resolução CFP no 01/1999 entre silêncios, disputas e políticas de cuidado. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(2), 1-12. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298375>.
- G1 Piauí. (2023). *Cidade em crescimento: Parnaíba completa 179 anos com evoluções na saúde, indústria e educação*. G1. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/08/14/cidade-em-crescimento-parnaiba-completa-179-anos-com-evolucoes-na-saude-industria-e-educacao.ghtml>.
- Gil, A. C. (2009). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Brasília, Brasil: Editora Atlas SA.
- Izquierdo, J. M. D. J., Paulo, M. D. A. L. D., & Santos, V. B. D. (2020). Juventude rural e vivências da sexualidade. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 27, 1265-1283. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000500013>.
- Jesus, J. G. D. (2013). O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. *Psico-USF*, 18, 363-372. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712013000300003>.
- Larrosa, J. (2014). *Tremores: escritos sobre experiência*. São Paulo, Brasil: Autêntica.
- Lorde, A. (2019). *Irmã outsider*. São Paulo, Brasil: Autêntica.
- Lourau, R. (2004). Objeto e método da análise institucional. In S. Altoé (Org.), *René Lourau: analista institucional em tempo integral* (pp. 66–86). São Paulo, Brasil: HUCITEC.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. In G. L. Lopes (Org.), *O corpo Educado: pedagogias da Sexualidade* (2a ed., pp. 7-35). São Paulo, Brasil: Autêntica.
- Machado, D. F., Castanheira, E. R. L., & Almeida, M. A. S. D. (2021). Interseções entre socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26, 5003-5012. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.02472020>.

- Martins, L. C. P., Hedlund, M. S., & Hauser, E. E. (2020). Liberdade sexual, emancipação feminina e objetificação de corpos nas redes virtuais de interação. *Salão do Conhecimento*, 6(6), 1-16. <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/18230>.
- Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Moraes, B. L. (2017). Corpos profanos: Rascunhos sobre a heterossexualidade compulsória e um feminismo lésbico. *Revista Textos Graduados*, 3(1), 81-92. <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/16378>.
- Motter, J. P. J. (2025). Lesbianidades, sapatonices e plataformas digitais no brasil. *Revista Estudos Feministas*, 33(1), 1-11. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2025v33n1104264>.
- Oliveira, E. L., Rezende, J. M., & Gonçalves, J. P. (2018). História da sexualidade feminina no brasil: entre tabus, mitos e verdades. *Revista Ártemis*, 26(1), 303-314. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2018v26n1.37320>.
- Pachá, P., & Moreira, L. V. C. (2022). Entrevista narrativa como técnica de pesquisa. *Synesis*, 14(1), 157-168. <https://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/2127>.
- Pereira, M. E. D., Silva, G. P., Torres, M. S., Ferreira, B. O. (2025). Análise da produção científica sobre a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 35(1), 1-25. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312025350105pt>.
- Prado, V. M. D. (2017). Entre queerpos e discursos: normalização de condutas, homossexualidades e homofobia nas práticas escolares da Educação Física. *Práxis Educativa*, 12(2), 501-519. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i2.0012>.
- Ramos, N. (2008). Migração, aculturação e saúde. In N. Ramos (Org.). *Saúde, migração e interculturalidade: perspectivas teóricas e práticas* (pp. 45-96). João Pessoa, Brasil: Editora Universitária UFPB.
- Ribeiro, L. P., & D'Ávila, I. C. F. (2023). Vivência(s) docente(s) de mulheres lésbicas e bissexuais no ensino superior privado de belo horizonte. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 9(1), 76-96. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v9i1.50557>.
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, 5, 7-14. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>.
- Sá, L. T. F., & Henrique, A. L. S. (2019). A triangulação na pesquisa científica em educação. *Revista Práxis Educacional*, 15 (36), 645-660. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i36.5891>.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28, 19-54. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>.
- Silva, A. M. S. (2020). *Análises das implicações psicossociais dos processos de migração rural-urbano de jovens universitários* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50826>.
- Souza, K. A. P. (2022). Vivendo como uma lésbica: as violências que são silenciosas. *Cor LGBTQIA+*, 1(2), 143-146. <https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/526>.
- Trindade, W. R., & Ferreira, M. A. (2008). Sexualidade feminina: questões do cotidiano das mulheres. *Texto & Contexto — Enfermagem*, 17(3), 417-426. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000300002>.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 201-218. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>.
- Vigoya, M. V. (2024). Huellas y legados: reflexiones y aportes del CLAM en el estudio del genero y da sexualidad. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, 40, 1-14. DOI: <http://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2024.40.e22308.a.es>.
- Weeks, J. (2000). O Corpo e a Sexualidade. In G. L. Louro (Org.), *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade* (2a ed., pp. 35-83). São Paulo, Brasil: Autêntica.

Contribuição dos Autores

Conceitualização: A. B. S. C.; M. B. R.

Redação do manuscrito: A. B. S. C.; M. B. R.

Análise dos dados: A. B. S. C.; M. B. R.

Revisão e edição: A. B. S. C.; M. B. R.

Recebido em: 30/08/2025

Aceito em: 17/11/2025

Como citar:

Nunes, F. L. Tensões entre o projeto emancipatório e a reprodução de hierarquias científicas em um manual de psicologia social crítica. *Rev. Polis e Psique*, 2026, 16: e026010.

Financiamento:

Não houve financiamento.